

19464-2016 - Câmara Municipal De Agudo - julgamento contas prefeito

Data: Wed, 6 Jul 2016 12:24:12 -0300 (BRT)

De: Legislativo - Igam <legislativo@igam.com.br>

Para: andriele@camaraagudo.rs.gov.br

Cc: Igam <igam@igam.com.br>

Bom dia Sr^a Andriele

O IGAM, atento ao questionamento abaixo, encaminha a seguinte orientação:

Consoante restou esclarecido a Sr^a e a seu colega André, através de contato telefônico mantido em 05/07/2012, o processo de julgamento de contas do Prefeito deverá observar procedimento especial estabelecido pelo Regimento interno da respectiva Casa.

No caso concreto, o RICMA, em seu Título III, Capítulo II, ao tratar do procedimento especial referente ao julgamento das contas do Prefeito, especificamente no art. 182, estabelece:

Art. 182. A prestação de contas, com o parecer prévio, será apreciada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Mérito, que elaborará projeto de decreto legislativo a ser votado até sessenta dias após o recebimento do parecer

Observa-se do dispositivo regimental que compete a CF0 analisar a matéria, determinação esta constante, ainda, do art. 70, I, d, do RICMA.

No que respeita a CCJ, o art. 69 do RICMA determina que é competência desta opinar sobre:

- a) o aspecto constitucional, legal e jurídico da proposição;
- b) matéria que não tenha destinação explicitamente dada por este Regimento

No que refere as contas do Prefeito, o RICMA destina a matéria explicitamente a CF0, razão pela qual a CCJ não atua nesta matéria.

Dito isto, em conclusão, orienta-se no sentido de que não compete a CCJ opinar sobre o projeto de decreto legislativo pertinente ao julgamento das contas do Prefeito, consoante de observa da análise conjunta dos arts. 182, 69 e 70, do RICMA.

O IGAM permanece à disposição.

Everton M. Paim

Consultor Jurídico

Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos

Rua dos Andradas, 1560 | 18º andar

Galeria Malcon | Centro | Porto Alegre/RS

CEP 90026-900 | Fone (51) 3211-1527

www.igam.com.br

dom da. Esta em tramitação na Câmara Municipal de Agudo o PDL 1/2016, o qual a matéria trata sobre a aprovação das Contas do Governo Municipal. A Constituição de Finanças, Orçamento e Mérito, mediante seu parecer aprovou essa matéria. A dúvida que surgiu e pela qual encaminhamos essa consulta é a seguinte: O projeto sendo APROVADO pela CFOM, deve mesmo assim passar pela Comissão de Constituição e Justiça para que ela também emita seu parecer?

Encaminho juntamente com a consulta, em anexo, para análise, a cópia do Cap. II do Regimento Interno, que trata desse tema e o Ofício elaborado por um dos Vereadores da CCJ, o qual pede a devolução do PDL 1/2016.

Skype para contato:

Telefone para contato: 55 9927-6137